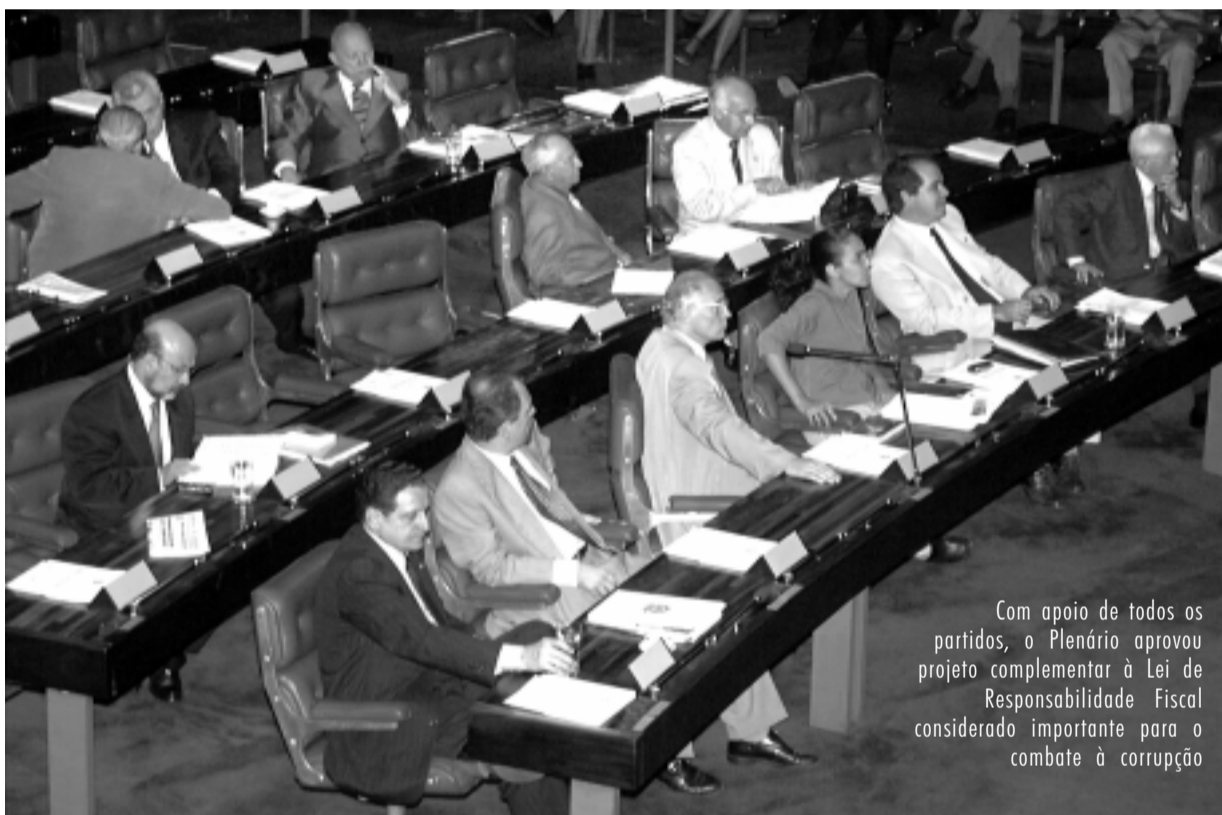


## Aprovadas novas penas para crimes contra as finanças públicas

Multa, detenção e reclusão de até quatro anos são as punições previstas para administradores que praticarem delitos contra o erário. Projeto recebeu apoio de todos os partidos e vai agora à sanção presidencial



Com apoio de todos os partidos, o Plenário aprovou projeto complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal considerado importante para o combate à corrupção

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira projeto de lei que define penas para crimes e infrações cometidos por administradores públicos contra o erário. As punições previstas vão de multa a reclusão por até quatro anos.

A proposta, que complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal, recebeu apoio de todos os partidos e será encaminhada à sanção presidencial.

PÁGINA 3

### ***Programação monetária permite manter tendência de redução dos juros***

PÁGINA 3

### ***Igrejas podem ficar isentas de contribuição por trabalho de religiosos***

PÁGINA 4

**ALCÂNTARA DEFENDE PROJETO QUE COMBATE A SONEGAÇÃO FISCAL**

PÁGINA 5



Lúcio Alcântara

**PARA FOGAÇA, REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE SER GRADATIVA**

PÁGINA 5



José Fogaça



O Partido Verde tem, pela primeira vez, um representante no Senado Federal: tomou posse quarta-feira Júlio Eduardo, em substituição a Marina Silva, licenciada para tratamento de saúde. O novo senador pelo Acre centrará sua atuação nas causas ambientais e dos direitos humanos.

PÁGINA 5

**Receitas serão revistas junto com Executivo**

PÁGINA 2



Amir Lando

**Reforma política é urgente, afirma Sérgio Machado**

PÁGINA 7



Sérgio Machado

# Revisão de receitas do Orçamento será conjunta

Parceria entre a Comissão Mista de Orçamento e o Executivo foi acertada durante encontro do relator-geral da proposta orçamentária, senador Amir Lando, e o presidente do colegiado, deputado Alberto Goldman, com o ministro do Planejamento

A revisão das receitas do projeto de Orçamento para 2001 será realizada conjuntamente pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Executivo, informou quarta-feira o relator-geral da proposta, senador Amir Lando (PMDB-RO), após reunião com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. O encontro, com a participação do presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), ocorreu no gabinete do ministro.

— A revisão deve ser feita em parceria, pois ninguém quer enganar ninguém. Todos nós queremos um Orçamento realista, tanto do lado das receitas quanto das despesas — afir-

mou Amir Lando. Segundo disse, a equipe do Ministério do Planejamento se dispôs “a abrir a ‘caixa-preta’ que é o projeto orçamentário”.

O relator-geral confirmou que apresentará seu relatório parcial sobre receitas na próxima quarta-feira, dia 18. Na segunda-feira, dia 16, técnicos do Ministério do Planejamento entregarão à Comissão Mista de Orçamento uma revisão sobre inflação e crescimento da economia no próximo ano e a consequência sobre a arrecadação tributária e os gastos com a dívida pública. No dia seguinte, terça-feira, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecerá à comissão para explicar por que a

equipe econômica utilizou algumas previsões macroeconômicas para 2001.

Ficou acertado entre o relator-geral e o ministro do Planejamento que os técnicos do Executivo encaminharão até o início de dezembro outras alterações nas receitas e gastos obrigatórios que forem constatadas. O ministro Martus Tavares afirmou à imprensa, pouco depois do encontro com Amir Lando e Alberto Goldman, que a decisão do Congresso de



Amir Lando afirmou que a parceria ocorrerá para “ninguém enganar ninguém”

definir primeiro as receitas, e só depois discutir os gastos e as emendas dos parlamentares, “foi um ponto positivo”, que pode evitar desgastes tanto para o Congresso como para o Executivo. No ano passado, o presidente da República fez grandes cortes no Orçamento que saiu do Congresso, por entender que os deputados e senadores estavam contando com receitas que não se concretizariam.

Na quarta-feira, ao final do dia, Amir Lando informou à imprensa que não pretende quantificar em seu relatório parcial quanto o governo poderá obter com a cobrança de imposto de renda dos fundos de pensão, em consequência de projeto em tramitação no Senado. Os fundos brigam na Justiça há 12 anos contra a cobrança, entendendo que, por serem empresas com finalidade social, contariam com isenção de imposto de renda. O relator-geral disse ainda que não quantificará quanto a Receita Federal poderá arrecadar com a aprovação do projeto que flexibiliza o sigilo fiscal, em tramitação na Câmara.

## Jucá cobra de prefeituras informações sobre telefonia

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez apelo às prefeituras municipais para que encaminhem as informações necessárias ao cumprimento das metas do Plano Geral de Universalização da Telefonia Fixa. Em setembro de 1999, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) enviou ofício a todos os prefeitos do país solicitando dados atualizados das localidades para que seja possível o acompanhamento das obrigações de universalização das concessionárias de telefonia. De acordo com o senador, até o momento, entretanto, parte considerável dos municípios não forneceu ainda as informações.

— É de interesse das comunidades que as informações sejam prestadas, de modo que o seu direito a beneficiar-se do processo



Romero Jucá: muitos municípios ainda não forneceram os dados à Anatel

de universalização da telefonia fixa seja plenamente atendido — disse.

O plano de universalização do serviço telefônico, citado por Jucá, estabeleceu uma série de metas parciais a serem cumpridas pelas concessionárias da área, inclusive no que se refere aos custos. Estão previstos aumentos paulatinos, entre 1999 e 2001, no número de acessos e de telefones públicos ativados.

Também foram estabelecidas metas específicas para as concessionárias, de modo que cada empresa universalize em suas áreas de atuação o serviço de telefonia fixa da seguinte forma: até 2001, em todas as localidades com mais de mil habitantes; até 2002, naquelas com mais de 600 moradores; e até 2005 em todos os locais com mais de 300 habitantes.



SEXTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO	Brasil 500
9h — Sessão não deliberativa	
PREVISÃO PLENÁRIO	
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa	
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária	
Pauta: PDL nº 77/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Treze de Junho para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mantena (MG); PDL nº 112/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tupi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 123/2000, aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratuba (PR); Requerimento nº 511/2000, do senador Bello Parga, solicitando que sobre o PLC nº 44/2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvido, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimento nº 513/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 73 e 203, de 2000, com os de nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, e 18, de 2000, que já se encontram apensados, por versarem sobre a mesma matéria.	
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária	
Pauta: PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição federal; PDL nº 111/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Patrício para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres (GO); PDL nº 156/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); e Requerimento nº 510/2000, solicitando o sobrestamento do PLS nº 297/99, a fim de aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, de matéria que trata do mesmo assunto.	
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional	
Pauta: apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional. Plenário da Câmara dos Deputados	
Quinta-feira 10h — Agenda em aberto	
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa	
COMISSÕES	

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 47/99, institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel), PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções 44 e 45, de 1998, do Senado, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), em R\$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001; PLS nº 533/98, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; e PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Quarta-feira

10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Convidados: representantes das associações Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão (Abert); do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid); do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar); da Sociedade Brasileira de Cardiologia; da coordenadora-geral da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), Thais Rodrigues Corral; e do professor do Instituto Nacional do Câncer José Rosemberg. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h — Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1/2000. *Ala senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: Titan AE, de Len Simon. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Novas penas para gestão pública irresponsável

Plenário aprova e encaminha à sanção presidencial projeto de lei que prevê pena de até quatro anos de reclusão para os crimes praticados contra o erário. Senadores acreditam que as novas regras poderão facilitar o combate à corrupção

Os crimes e infrações cometidos por administradores públicos contra a responsabilidade fiscal passarão a ser punidos com penas de multa, detenção e reclusão de até quatro anos. É o que prevê projeto aprovado quarta-feira em Plenário, com apoio de todos os partidos, e encaminhado à sanção presidencial.

A proposta complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja aprovação foi apontada pelo Poder Executivo como necessária ao equilíbrio das contas públicas. De acordo com o relator do projeto, senador Jefferson Péres (PDT-AM), até agora apenas a população poderia ser punida com a interrupção de transferências voluntárias da União a estados e municípios que estivessem em desacordo com a lei. Com a aprovação do projeto, ressaltou, os administradores responsáveis pelos crimes também passarão a pagar por seus atos.

— Nos próximos dois meses não haverá a farra com dinheiro público que costuma acontecer nos finais de mandato — disse Jefferson Péres, pouco antes da votação. “A aprovação do projeto neste momento evitará que os prefeitos infratores fiquem impunes e que os derrotados nas urnas deixem aos sucessores uma herança trágica sob a forma de restos a pagar”, previu.

Durante a discussão em Plenário, parlamentares governistas e dos partidos de oposição manifestaram apoio ao projeto. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que a proposta aprova-



Segundo Jefferson Péres, até então só a população era punida por gestão irresponsável

da e a Lei de Responsabilidade Fiscal são importantes instrumentos legais em defesa da moralidade na gestão pública. “Trata-se de mais um passo para combater a corrupção deslavada que existe sobretudo no plano municipal”, observou Francelino.

Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que a população vai ter agora razões para acreditar na redução dos níveis de corrupção no país. “O projeto representa uma esperança”, afirmou. Ele lembrou, porém, que muitos dos escândalos observados na administração pública têm origem nos compromissos assumidos por candidatos em campanhas eleitorais. “O financiamento público de campanhas seria mais um passo no combate à corrupção”, avaliou.

A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), anunciou voto favorável à proposta, mas lembrou que a legislação já existente seria suficiente para punir os responsáveis pela corrupção na administração pública. “O importante é que a população tenha mecanismos de fiscalização das finanças públicas”, disse ela.

## Reajuste de salário em final de mandato passa a ser crime

O projeto aprovado quarta-feira inclui entre os crimes contra as finanças públicas a prática utilizada por administradores de transferir a responsabilidade pelo pagamento de despesas a seus sucessores. A inscrição em “restos a pagar” de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou exceda limite estabelecido em lei passará a ser punível com detenção de seis meses a dois anos.

Passa também a ser considerada crime a autorização de aumento total de despesas com pessoal nos seis meses anteriores ao final do mandato. A pena será de um a quatro anos de reclusão. A mesma punição está prevista para os administradores que ordenarem despesa não autorizada em lei.

O projeto inclui oito novos dispositivos no artigo de uma lei de 1950 que define os crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária. Entre eles, os de deixar de ordenar a redução do montante da dívida

consolidada, quando esse montante ultrapassar o limite máximo fixado pelo Senado, e de captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador não tenha ocorrido.

São consideradas pelo projeto infrações administrativas contra as leis de finanças públicas práticas como as de deixar de enviar ao Poder Legislativo o relatório de gestão fiscal ou de propor Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que não contenha as metas fiscais previstas em lei. As infrações serão punidas com multa de 30% dos vencimentos anuais do agente público responsável.

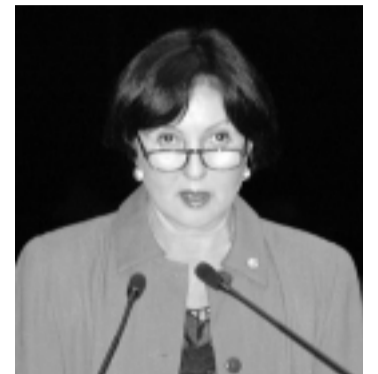
### EMENDA

A proposta de emenda constitucional que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), teve quarta-feira seu quinto e último dia de discussão. A matéria deverá ser votada na sessão plenária da próxima quarta-feira em primeiro turno.

## Tribunais de Contas terão de atestar responsabilidade fiscal

Para conseguirem crédito interno ou externo, estados e municípios terão de apresentar certidões dos respectivos tribunais de Contas informando que a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo cumprida. Resolução nesse sentido foi aprovada quarta-feira pelo Plenário do Senado Federal.

A proposta aprovada acrescenta a obrigatoriedade de apresentar a certidão entre as exigências previstas na Resolução 78, de 1998, que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e dos municípios, como também de suas autarquias e fundações.



Maria do Carmo propõe que o piso salarial seja fixado em convenção ou acordo coletivo

## CAS discute piso para a carreira de assistente social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votará, na próxima semana, projeto de lei disciplinando o piso salarial para a carreira de assistente social.

Em seu parecer, a senadora Maria do Carmo (PFL-SE) prevê que o piso deve ser fixado em convenção ou acordo coletivo, observada a complexidade do trabalho desenvolvido. O parecer garante aos profissionais os reajustes e reposições previstos na legislação salarial vigente.

Essa é a segunda vez que o projeto tramita na CAS. Na primeira votação, em 1997, foi aprovado o substitutivo do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) fixando piso de R\$ 384,00 para a categoria e prevendo os reajustes garantidos por lei.

Ao ser examinado no Plenário do Senado, a proposta recebeu emenda do então senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) optando pela fixação do piso por convenção ou acordo coletivo, por entender que a tendência mundial é de desregulamentação das relações de trabalho para abrir caminho à livre negociação. A emenda trouxe o projeto de volta à Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto é originário da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 1993, estabelecendo o piso salarial de CR\$ 42.640,66, correspondente a três salários mínimos, a preços de agosto daquele ano. O projeto garantia, aos profissionais, as reposições relativas às datas-base e reajustes gerais definidos pela legislação em vigor.

## Aprovada programação monetária para o quarto trimestre

O Senado Federal também aprovou na quarta-feira a programação monetária para o quarto trimestre de 2000. Enviado pelo Executivo, o projeto foi aprovado no dia anterior pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O parecer da CAE, assinado pelo relator Bello Parga (PFL-MA), informa que a in-



Parga destaca a queda gradual das taxas de juros

tenção do governo para a programação monetária permite manter a atual trajetória de queda das taxas de juros básicos. De acordo com o relator, a baixa constante dos juros, desde os 45% vigentes em março de 1999, permite manter a política de aumento do crédito e de redução entre as taxas de captação e de aplicação do dinheiro. Hoje, a taxa

de juros é de 16,5%, em vigor desde julho deste ano. A queda foi interrompida pelo aumento dos preços internacionais do petróleo.

O relatório do senador Bello Parga diz ainda que a previsão para expansão dos meios de pagamento e da liquidez geral da economia deve variar entre 15% e 20% este ano.

O texto ressalta que a execução da programação monetária aprovada para o segundo trimestre ficou dentro dos limites estabeleci-

dos, o que tem contribuído para manter a estabilidade de preços no país.

Segundo o parecer aprovado pela CAE, a programação monetária permite a continuidade do sucesso da política econômica do governo, centrada na geração de superávits na balança comercial e no ingresso de capitais estrangeiros para investimentos diretos, com o que se pretende melhorar a situação do balanço de pagamentos.

# Trabalho de religioso pode ficar isento de contribuição

Texto aprovado pelo Plenário do Senado prevê que atividade de ministros de confissão religiosa não será considerada prestação de serviços

As instituições religiosas ficarão dispensadas de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos seus ministros. O Plenário do Senado Federal aprovou, na quarta-feira, o substitutivo encaminhado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Por se tratar de um substitutivo ao projeto original, a matéria será ainda submetida a votação em turno suplementar.

O substitutivo da CAS, elaborado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), determina que o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não será considerado prestação de serviço. O texto consi-

dera ainda que o trabalho dessas pessoas não pode ser considerado um vínculo empregatício.

A aprovação do substitutivo da CAS foi acompanhada e aprovada pelo autor do projeto, deputado Philemon Rodrigues. A proposta altera a lei que dispõe sobre a contribuição previdenciária individual.

Segundo o relatório aprovado na CAS, as modificações introduzidas pelo substitutivo foram necessárias porque o texto aprovado pela Câmara valerá não somente para os religiosos como também para os demais funcionários das igrejas. O texto afirma ainda que o projeto tem por objetivo aca-



José Roberto Arruda é autor do substitutivo acolhido pela CAS e aprovado na quarta-feira pelo Plenário

bar com as altas multas aplicadas às instituições religiosas pela Previdência Social.

# CCJ analisará emenda à proposta que amplia poderes da guarda municipal

A proposta de emenda constitucional (PEC) que permite às guardas municipais realizar policiamento ostensivo e preventivo voltará ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão deverá analisar uma emenda, apresentada pelo governo, que cria a



Romeu Tuma acredita que mudança sugerida pelo governo reforça sua proposição

guarda nacional.

Autor do projeto, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) – primeiro a assinar a emenda apresentada pelo governo – defendeu o retorno à CCJ, por entender que a mudança aprofunda e reforça sua proposição.

A CCJ já havia aprovado parecer favorável à matéria, relatada pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). A existência das guardas municipais já era prevista na Constituição, para a proteção dos bens, serviços, e instalações dos municípios.

A proposta de Tuma acrescenta a proteção aos logradouros públicos e, por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), às populações dos municípios. O texto pretende também que o policiamento ostensivo e preventivo seja precedido de convênio com os estados, responsáveis pela segurança pública.

Em sua justificativa, Tuma afirma que nos estados mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o aparelho de segurança pública não consegue os recursos necessários para funcionar bem, principalmente na periferia. Ressalta ainda que os estados que contam com meios materiais e humanos para garantir a segurança pública não necessitam de convênios.

# Plenário aprova autorizações para quatro emissoras de rádio

A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura, de Monsenhor Gil (PI), foi autorizada pelo Plenário do Senado a executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria, com parecer favorável da Comissão de Educação (CE) apresentado pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), foi um dos quatro projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio aprovados pelo Plenário do Senado Federal na quarta-feira. Todos eles seguem agora à promulgação.

Foi outorgada permissão à Agreste Comunicações Ltda.

para transmitir em frequência modulada (FM) na cidade de Nova Cruz (RN). O parecer favorável da CE foi redigido pelo senador José Jorge (PFL-PE). A Rádio Alto Piranhas Ltda. teve renovada sua concessão para transmitir em onda média em Cajazeiras (PB). O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi o autor do parecer aprovado pela CE.

Também foi renovada a permissão para a Rádio Caiobá Ltda. funcionar em frequência modulada na cidade do mesmo nome, no Paraná. A matéria teve parecer de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), aprovado na CE.



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2000

- 1**  
Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999. Senador Romeu Tuma e outros. Altera dispositivo da Constituição federal (§ 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais).  
Resultado: Encerrada a discussão, em primeiro turno, com a Emenda nº 2-Plen. A matéria retorna à CCJ para exame da emenda.
- 2**  
Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.  
Resultado: Encerrada a discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quarta-feira, dia 18/10/2000, em fase de votação, em primeiro turno.
- 3**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2000. CAE. Aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2000.  
Resultado: Aprovado. À Câmara dos Deputados.
- 4**  
Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2000. Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa.  
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Fica prejudicado o projeto. À CDir, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.
- 5**  
Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2000. Presidente da República. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.  
Resultado: Aprovado. À sanção.
- 6**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 1995. Renova a concessão outorgada à Rádio Alto Piranhas OM Ltda. de Cajazeiras (PB).  
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 7**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2000. Outorga permissão à Agreste Comunicações FM Ltda. de Nova Cruz (RN).  
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 8**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2000. Renova a permissão outorgada à Rádio Caiobá Ltda. de Curitiba (PR).  
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 9**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2000. Autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil (PI) a executar serviço de radiodifusão comunitária.  
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 10**  
Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 134, de 1999. CPI do Sistema Financeiro. Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.  
Resultado: Encerrada a discussão, sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 324 do Regimento Interno. À promulgação.
- 11**  
Requerimento nº 499, de 2000. Senador Pedro Simon. Solicita a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 7, de 1992; e 26, de 2000, por regularem a mesma matéria.  
Resultado: Aprovados, em globo, os requerimentos. As PECs nºs 7/92, 42/99 e 26/2000 passam a tramitar em conjunto e retornam à CCJ.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

**Conecte-se ao Senado em Tempo Real**

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br





Favorável à manutenção da CPMF, José Fogaça diz que ela tem um "caráter cadastral, recenseador"

## Fogaça quer reforma tributária gradativa

A reforma tributária deve ser gradativa, sugere o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso pelas declarações que fez, na Europa, sobre o assunto.

De acordo com o senador, é a primeira vez que Fernando Henrique fala abertamente a respeito do tema, reconhecendo que o empresariado brasileiro paga impostos demais.

José Fogaça, que considera que o governo tem sido omissivo nessa questão, acredita que, para implementar uma reforma na legislação tributária, é preciso estabelecer alguns pré-requisitos.

O primeiro deles seria o compromisso de se realizar a reforma de modo gradativo, obedecendo um cronograma, para evitar que o país se lance em uma incerteza tributária.

— Nenhuma nação do mundo substituiu abruptamente sua legislação tributária. Isto pode levar qualquer país a um colapso — advertiu o parlamentar.

O outro pré-requisito para a reforma tributária — que, para o senador, deve ter um "bom conteúdo social" — seria um acordo entre a União, os estados e os municípios para garantir que o percentual de participação de cada ente da administração pública seja mantido.

Segundo o senador, Fernando Henrique Cardoso acertou ao defender a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que, segundo o presidente da República, deve persistir enquanto houver o atual nível de sonegação.

— O papel mais importante da CPMF não é nem a sua arrecadação, mas seu caráter cadastral, recenseador, que revela o quanto é movimentado nas contas bancárias — afirmou José Fogaça.

# Alcântara defende a quebra de sigilo bancário contra sonegação

Senador apela à Câmara para que aprove projeto de sua autoria que permite ao fisco ter acesso aos dados bancários dos contribuintes

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apelou quarta-feira à Câmara dos Deputados para que aprove logo o projeto de sua autoria que flexibiliza o sigilo bancário, para garantir meios de melhor combater a sonegação fiscal e, assim, ampliar os recursos para atender ao Orçamento de 2001.

Ele lembrou que a matéria foi aprovada há dois anos no Senado e tramita em caráter de urgência na Câmara, onde recebeu emendas. O substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN) foi criticado por Lúcio Alcântara. "Ele desfigura meu projeto e, caso seja aprovado, acredito que tornará a situação pior do que a atual, no que se refere à evasão e à sonegação fiscais", disse o senador cearense.

Lúcio Alcântara acrescentou que até mesmo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o atual relator do projeto de Orçamento da União para 2001, sena-



Alcântara criticou as mudanças feitas em sua proposta pelo relator, o deputado Ney Lopes

dor Amir Lando (PMDB-RO), têm reclamado a aprovação da proposta, como instrumento eficaz no combate à sonegação fiscal.

No Senado, o projeto foi modificado pelo falecido senador Wilson Kleinubing (PFL-SC). Lúcio Alcântara esclareceu que, para elaborar a proposta, tomou por base a legislação norte-americana. "Os Estados Unidos são o país que mais se preocupa com

as liberdades individuais, e por isso não vale o argumento de que a medida é policialesca", ressaltou Alcântara.

— No entanto, os Estados Unidos, assim como nós, entendem que, por mais importante que seja o sigilo bancário, ele não pode sobrepor-se aos interesses do conjunto da sociedade — argumentou o parlamentar.

Alcântara referiu-se, também, às declarações feitas na véspera pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na Holanda, em que ele afirma que o alto nível de sonegação é responsável pela carga tributária, que os empresários consideram "excessiva".

O senador também comentou o resultado do primeiro turno das eleições municipais. Na opinião dele, o eleitor optou pelos candidatos que se identificam com o combate às irregularidades no setor público e à falta de ética na política.

## Rocha vê avanço da oposição e manifesta suspeita sobre as pesquisas eleitorais

Em balanço dos resultados do primeiro turno das eleições municipais, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou o crescimento dos partidos de oposição, que, a seu ver, poderá ser ainda maior após o segundo turno, dada a liderança dos candidatos opositoristas em seis capitais.

Esse crescimento, na opinião do senador, simboliza o esgotamento do modelo neoliberal adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, por seus efeitos de estagnação da economia e de aumento da concentração da renda e das desigualdades sociais e regionais do país.

Dentre os partidos de oposição, o senador observou que o PT foi o que mais cresceu em número de eleitores e de candidatos eleitos.

Seu partido, o PDT, teve crescimento bem menor porque "as grandes lideranças pedetistas concentraram-se numa luta interna pela hegemonia, deixando de lado a luta pelo poder político no nível nacional", disse. Apesar disso, o PDT passou de 2.150 para mais de 3 mil vereadores, elegeu 287 prefeitos (eram



Para Sebastião Rocha, a oposição está crescendo porque o modelo neoliberal de FHC se esgotou

229), manteve as prefeituras de duas capitais — São Luís e Porto Velho — e disputará, no segundo turno, a prefeitura de Porto Alegre, detalhou Sebastião Rocha.

— Espero que o presidente da República e os partidos que o apóiam façam uma leitura correta da lição das urnas — disse.

Ao analisar os resultados eleitorais no Amapá, em que o candidato da coligação PDT-PTB perdeu as eleições por poucos votos para o candidato do PSB, Sebastião Rocha afirmou que isso gerou um clima de

suspeição. Há suspeitas de abuso de poder econômico e de manipulação de pesquisas eleitorais, completou o parlamentar.

— Em 29 de setembro, o Ibope deu 40% das preferências para o candidato do PSB e 24% para o do PDT e o resultado foi empate técnico. A pesquisa divulgou percentuais completamente fora da margem de erro — comentou ele.

Sebastião Rocha defende uma CPI para os institutos de pesquisa e mudanças na legislação quanto à divulgação de pesquisas eleitorais. Ele também apelou para que os institutos Datafolha e Vox Populi realizem pesquisas na região Norte, hoje praticamente dominada pelo Ibope e pela Brasmart.

Em apartes a Sebastião Rocha, os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Marluce Pinto (PMDB-RR) também condenaram a influência da divulgação de pesquisas às vésperas das eleições. Eles referiram-se principalmente à Brasmart, que teria oferecido resultados favoráveis de suas pesquisas a candidatos que pagassem R\$ 30 mil.

## Senador do PV assume em substituição a Marina Silva

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) tomou posse quarta-feira, em substituição à senadora Marina Silva (PT-AC), licenciada para tratamento de saúde. Primeiro senador do



Júlio Eduardo: compromisso com a renovação política

Partido Verde a ocupar uma cadeira no Senado, ele disse, em seu discurso, que vai centrar sua ação parlamentar, assim como Marina, na defesa das causas ambientais e dos direitos humanos.

— É tarefa especial e comovente substituir a senadora Marina Silva, que orgulha o estado com atuação humana e ética que deve ser classificada como brilhante e assim é reconhecida no Acre, no país e no mundo — destacou.

Sua posse, afirmou, faz parte de um processo de convergência de forças cujo objetivo é tirar o estado das mãos do tradicionalismo político "que encobertou um dos esquemas mais perversos e truculentos de utilização de mandatos públicos para objetivos anti-sociais e que deu ao Acre uma triste fama".

— A parte sadia da comunidade reagiu para mostrar que o Acre é uma fronteira de oportunidades de criação de novos modelos de desenvolvimento, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis — acrescentou.

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou, em nome do governo de Jorge Viana, a satisfação de receber Júlio Eduardo no Senado.

— Júlio Eduardo é mais um alicerce na construção desse modelo novo de fazer política no Acre, que pretende chegar a ser tão limpo como a chuva que cai sobre a Amazônia — disse Viana, que destacou o fato de o Ministério da Saúde ter eleito uma maternidade de seu estado como a melhor da região Norte.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), é significativo que o primeiro senador do PV venha da região amazônica, "exatamente a mais verde de todo o Brasil". Apesar da situação preocupante, pelo fato de Marina estar em licença por motivo de saúde, Suplicy deu as boas-vindas a Júlio, que chega para, como a titular, fazer parte do Bloco Oposição.

# Freitas Neto pede mais recursos para o Piauí

A distribuição das verbas do Programa Alvorada, de combate à pobreza, não considerou as necessidades reais do estado, segundo o senador

O senador Freitas Neto (PFL-PI) anunciou que o estado do Piauí solicitará a revisão dos critérios utilizados pelo governo federal para distribuição dos recursos do Programa Alvorada (projeto federal de combate à pobreza). O argumento é que o Piauí está sendo injustiçado em relação ao montante destinado ao estado. Segundo Freitas Neto, o governador vai encaminhar às autoridades competentes levantamento da situação financeira do Piauí para justificar a reivindicação.

Freitas Neto disse que a parte que coube ao estado — R\$ 59 milhões — é insuficiente. O Piauí, acrescentou, apresenta indicadores sociais e econômicos que o colocam entre os estados mais pobres do país, “o que por si só justifica o pleito”.

— O quinhão que coube ao Piauí não traduz essa realidade. A quantia pouco representa diante da vastidão dos problemas trazi-



Freitas Neto afirmou que outros estados nordestinos em melhor situação receberão mais recursos que o Piauí

dos pela pobreza no estado e não há como justificar de forma racional o descompasso entre a quota atribuída ao Piauí e as somas conferidas aos demais estados nordestinos — argumentou.

Segundo ainda o senador, Paraíba e Pernambuco, “estados que têm realidade social melhor do que a piauiense”, vão receber volume de recursos superior ao do Piauí. Pernambuco contará com R\$ 130 milhões, a Para-

íba terá R\$ 100 milhões e a Bahia receberá R\$ 500 milhões, informou.

O senador reconheceu que talvez tenha havido “falta de atenção” por parte das autoridades piauienses no acompanhamento das etapas de planejamento do Programa Alvorada. “Se isso tivesse sido feito e seguido pela apresentação de dados concretos e precisos sobre a situação do estado, muito provavelmente já se teria conseguido, desde o início, a consignação de verbas na proporção recomendável que hoje o Piauí reivindica.”

Freitas Neto também levantou a possibilidade de ter havido má interpretação dos dados econômicos do estado, que vez ou outra são divulgados pela imprensa, dando conta de uma situação melhor do que a real.

— Nada disso, no entanto, justifica que essa disparidade permaneça, após denunciada. Não é razoável que o povo arque com qualquer ônus adicional, seja por culpa de quem for — disse.

## Juvêncio registra os 23 anos de Mato Grosso do Sul

A passagem dos 23 anos da criação de Mato Grosso do Sul, que resultou da divisão do estado de Mato Grosso, foi registrada quarta-feira em Plenário pelo senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS). O parlamentar lembrou que os movimentos separatistas na região começaram ainda no século 19, mas a liga sul-mato-grossense só pôde comemorar seu objetivo no dia 11 de outubro de 1977, quando foi assinada pelo então presidente Ernesto Geisel a Lei Complementar nº 31, que dividiu Mato Grosso.

Mais de 20 anos depois da separação, Juvêncio da Fonseca constatou que Mato Grosso do Sul experimentou significativo desenvolvimento político, social e econômico. Abrigando dois terços do Pantanal em seu território, o estado possui dois milhões de habitantes e destaca-se na pecuária, com um rebanho de 23 milhões de cabeças de gado, e na produção agrícola. Assim mesmo, disse o senador, são necessários mais investimentos federais em infraestrutura.

Juvêncio da Fonseca elogiou ini-

ciativas como o Projeto Pantanal, que prevê investimentos de US\$ 400 milhões em infra-estrutura e saneamento. Mas ele defende que seja acelerada a construção de três usinas termelétricas, “indispensáveis”, disse, para o uso do gás natural no processamento de minérios de ferro e de manganês,

abundantes no estado. “Essas obras são fundamentais para a implantação de um pólo minero-siderúrgico em Corumbá”, declarou.

Apesar da escassez de dinheiro federal, Juvêncio da Fonseca comemorou a disposição da Petrobras de construir as termelétricas da Bolívia, de Corumbá e Três Lagoas. O senador informou que as duas primeiras usinas devem estar prontas em outubro do próximo ano. Juvêncio protestou, entretanto, contra o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso à



Juvêncio da Fonseca: o estado hoje se destaca na produção agropecuária

emenda que apresentou ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e que destinava R\$ 18 milhões à construção de um minigásoduto para a transformação, em Corumbá, do minério de ferro.

O senador Juvêncio da Fonseca recebeu apertes favoráveis dos senadores

Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT). Jonas Pinheiro definiu como “positiva e acertada” a divisão do território de Mato Grosso, pois já existia uma separação cultural, geográfica e econômica entre as regiões. “A medida acabou favorecendo nosso estado, hoje o maior produtor de soja e algodão do país”, disse. Já Carlos Bezerra reforçou as queixas de Juvêncio em relação à União, e cobrou uma ação mais efetiva para desenvolver o Centro-Oeste.

## Marluce lembra luta para implantação de Roraima

O aniversário de 12 anos de criação e dez de implantação definitiva do estado de Roraima — que até a Constituição de 1988 era território federal — foi tema de pronunciamento da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Ela parabenizou o povo roraimense pela data e rememorou as dificuldades dos quatro deputados federais constituintes para convencer o Congresso sobre a necessidade de se criar o novo estado.

— Vários constituintes nos alertaram sobre os obstáculos e alguns roraimenses até duvidavam da necessidade da implantação do estado — disse a senadora.

Marluce afirmou que a criação do estado ocorreu em grande parte pelo fato de a população local ser impedida de votar. Além disso, a região enfrentava problemas judiciais devido à ausência de poderes constituídos:

— Se um cidadão precisava de um *habeas corpus*, por exemplo, tinha que contratar um advogado para



Marluce Pinto: roraimense queria a criação do estado

conseguir nas instâncias externas, pois a administração de Roraima era subordinada ao extinto Ministério do Interior e depois ao Ministério da Justiça, o que gerava muitos entraves aos roraimenses.

Marluce disse que se sentia gratificada por assistir aos resultados da luta empreendida para transformação do território em estado, principalmente nos quatro primeiros anos da implantação. A senadora afirmou ainda que Roraima, atualmente com 300 mil habitantes, recebeu um fluxo migratório ordenado.

A estabilidade das finanças do estado também foi destacada pela senadora. Segundo observou, o fato, por ocorrer em um estado pequeno, é “exemplo saudável” para o país, que hoje detém dívidas tão elevadas.

— Nós nos orgulhamos com o trabalho, com o futuro promissor de Roraima e com seus políticos, que demonstram ter responsabilidade com seus eleitores — afirmou.

## Ricardo Santos quer nova linha de transmissão no ES

Os recentes cortes no fornecimento de energia elétrica no Espírito Santo levaram o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) a pedir, quarta-feira, a urgente construção de nova linha de transmissão no estado. A obra ligaria as redes da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) e da Cen-



Ricardo Santos: obra impedirá novos cortes de energia

trais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). O senador anunciou que solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prioridade absoluta para a obra.

— As falhas no serviço causaram grandes prejuízos às empresas e transtornaram a vida da população capixaba. Trata-se de mais uma ocorrência de um fenômeno que se tem repetido com frequência cada vez maior nos últimos anos e que reclama solução urgente e definitiva — afirmou.

Segundo disse, a construção da nova linha de transmissão, entre o Vale do Aço (MG) e Guarapari (ES), vem sendo discutida há cinco anos, e este ano a obra foi incorporada ao planejamento do setor elétrico pela Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia. A medida, na ava-

liação de Ricardo Santos, pode solucionar o problema a médio prazo, enquanto não vem a solução definitiva, que seria a construção de duas termelétricas a gás no estado, com capacidade de 650 megawatts.

— A baixa confiabilidade do sistema elétrico capixaba prejudica as

grandes indústrias de nosso pólo exportador e as empresas consumidoras em geral — declarou.

O senador destacou que o problema deve-se à limitada capacidade de geração da Escelsa. Assim, o estado recebe 86% do que consome (cerca de 1.300 megawatts) da rede interligada do sistema Sudeste. Desde a privatização, a Escelsa, disse Ricardo Santos, investiu R\$ 318,5 milhões na rede elétrica estadual, mas, ainda assim, persistem os problemas de origem externa, por conta de o Espírito Santo ser a “ponta de linha” do sistema.

— A magnitude do problema pode ser inferida quando constatamos que a taxa média anual de crescimento no estado alcançou 12,9%, superior, portanto, à taxa média nacional, que foi de 7,9% — encerrou.

## Suplicy elogia "Saraminda", livro de José Sarney

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou, na quarta-feira, o senador José Sarney (PMDB-AP) pelo livro *Saraminda*, lançado recentemente. Ele agradeceu por ter sido apresentado, pelo autor, com um exemplar. Suplicy leu em Plenário um trecho da obra, em que Sarney descreve o momento em que uma chuva torrencial cai sobre a floresta amazônica.

— Não conhecia este notável escritor, com notáveis dotes literários, que é o senador José Sarney — disse Suplicy, agradecendo também por poder conhecer, com o livro, a realidade da Guiana e do Amapá, onde se passa a história da mestiça Saraminda.

O senador mencionou também



Suplicy diz que Sarney descreve com profundidade a pobreza da vida nos garimpos

a sensibilidade de Sarney, que descreveu com profundidade a pobreza da vida nos garimpos. Ele se disse interessado em ler toda a obra literária do senador José Sarney.

## Machado cobra urgência para a reforma política

Líder do PSDB pede à Câmara que vote três projetos, já aprovados pelo Senado, que mudam a organização do sistema eleitoral

O senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, considera "urgente e estratégica" a aprovação pela Câmara dos Deputados de três projetos, já votados no Senado, mudando a organização do sistema eleitoral brasileiro. As matérias foram propostas por comissão especial do Senado, relatada por Machado.

Inseridos no que se denominou "reforma política", os projetos determinam a proibição de coligações nas eleições proporcionais, instituem cláusula que exige desempenho expressivo dos partidos para sua existência oficial e ado-

tam o sistema misto de eleições, com listas aberta e fechada. No Senado, aguardam votação as propostas que instituem financiamento público de campanha e estabelecem normas para a fidelidade partidária.

Machado lamentou que essas mudanças já não estivessem em vigor nessas eleições municipais, cujo primeiro turno ocorreu dia 3. O senador entende que, assim, o eleitor teria certeza de que seu voto seria respeitado, saberia que seu candidato não mudaria de partido e que "nenhum financiador escu-



Machado lamentou que as mudanças já não estivessem em vigor nas eleições deste ano

so teria poderes sobre ele".

Além dessas matérias, existem outras 60 proposições sobre o assunto em andamento no Senado e mais 160 na Câmara.

## TV Senado discute segurança pública



Os índices de violência urbana registrados em Brasília serão o tema da *Entrevista Especial* deste final de semana, na TV Senado. O secretário-adjunto de Segurança Pública de Brasília, coronel Jair Tedeschi, conversa sobre o tema com o jornalista Fernando Cesar Mesquita. O programa vai ao ar amanhã e no domingo, às 11h e às 23h.

## Louis Armstrong e Duke Ellington na Senado FM

Dois gênios do jazz, Louis Armstrong e Duke Ellington encontraram-se em estúdio uma única vez, em abril de 1961. Fizeram duas sessões de gravações. No primeiro dia, viraram a noite fazendo música e, no outro, tocaram toda a tarde. O resultado desse encontro está no álbum *The Great Summit*, que acaba de ser relançado pelo selo Roullette. Ele é o destaque deste fim de semana no programa *Improviso — Jazz sem Fronteiras*, transmitido pela Rádio Senado FM.

Além de apresentar a leitura pessoal que Armstrong faz das composições de Ellington, o CD duplo tem uma vantagem adicional. Ele permite que se acompanhe o processo criativo de dois dos músicos americanos mais influentes do século 20. Enquanto o primeiro disco apresenta as faixas selecionadas para a prensagem, o segundo registra alguns dos *takes* alternativos das mesmas músicas.

*Improviso* é produzido por Flavio de Mattos e Vinícius Becker e vai ao ar aos sábados, às 20 horas, com reapresentação aos domingos, às 23h30, pela Senado FM, 97,1. A emissora pode ainda ser captada pela Internet no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Canal Médico* — Abordagem clínica das queimaduras  
7h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva fala sobre a política de impostos para creches e escolas particulares  
8h — *Especial* — Fontes do Brasil  
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — A natureza da multiplicação  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)  
12h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva fala sobre a política de impostos para creches e escolas particulares  
13h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão  
13h30 — *Debate* — Senador Geraldo Althoff e o presidente da Sociedade de Pediatria do DF, Dioclécio Campos Jr., falam sobre a violência contra a criança e o adolescente  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
Logo após — Reunião Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)  
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Orquestra Sinfônica Nacional Infantil da Venezuela  
19h30 — *Cidadania* — Mário Volpi, do UNICEF, e Ruth Léa Soares, do SOS Criança, falam dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente  
20h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Revista Brasília* — nº 13  
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Recital de Aprille Milla  
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional*

#### AMANHÃ

2h — *Saúde/Unip* — Produção de vacinas — parte 2  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil* — Ceará  
3h30 — *Entrevista* — Paulo César Camarão, diretor de Informática do TSE, faz uma avaliação das eleições  
4h — *Saúde/Unip* — Produção de vacinas — parte 2  
4h30 — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão  
5h — *Canal Médico* — Proteus Aula 11  
6h — *TV Escola* — PCN — Matemática — É de mais ou de menos  
6h30 — *Agenda Econômica* — Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, fala sobre a sonegação de impostos e a reforma tributária  
7h30 — *Entrevista* — Senador Alvaro Dias faz uma avaliação das eleições

8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — Inventando estratégia de cálculos  
9h — *ABD no Ar* — Como a TV vê o curta-metragem  
9h30 — *De Coração* — Síncopa  
10h — *Quem tem medo de música clássica?* — Orquestra Sinfônica Nacional Infantil da Venezuela  
11h — *Entrevista* — Jair Tedeschi, secretário-adjunto de Segurança Pública do DF, fala sobre violência  
12h — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista* — Dalila Lubiana da Universidade da Paz, fala sobre a paz nos presidios  
13h — *TV Escola* — PCN — Matemática — Desarmando as contas  
13h30 — *Agenda Econômica* — Everardo Maciel

14h30 — *Espaço Cultural* — Dois de Ouro  
16h — *Entrevista* — O cineasta Pedro Jorge de Castro fala sobre os filmes *Sinal da Cruz* e *O Romancão do dinossauro*  
17h — *Revista Brasília*  
18h — *Quem tem medo de música clássica?*  
19h — *Tela Brasileira* — Toni de Souza  
19h30 — *Debate* — Senador Lauro Campos e o diretor do Instituto Casa, Nelson Carrazzo, falam sobre o espaço urbano e a saúde mental  
20h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — "Cantando Hollywood"  
23h — *Entrevista Especial* — Jair Tedeschi  
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional*

#### DOMINGO

2h — *Saúde/Unip* — Evolução do parto — parte 1  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil* — Manaus  
3h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva  
4h — *Saúde/Unip* — Evolução do parto — parte 1

4h30 — *Jornal do Senado*  
5h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão  
5h30 — *Saúde/Unip* — Evolução do parto — parte 1  
6h — *TV Escola* — PCN — Matemática  
6h30 — *Cidadania* — Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente  
7h30 — *Entrevista* — O cineasta Pedro Jorge de Castro fala sobre os filmes *Sinal da Cruz* e *O Romancão do dinossauro*  
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática  
9h — *Tela Brasileira* — Toni de Souza  
9h30 — *De Coração* — Síncopa  
10h — *Quem tem medo de música clássica?* — Orquestra Sinfônica Nacional Infantil da Venezuela  
11h — *Entrevista* — Jair Tedeschi, secretário-adjunto de Segurança Pública do DF, fala sobre violência  
12h — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista* — Dalila Lubiana da Universidade da Paz, fala sobre a paz nos presidios  
13h — *TV Escola* — PCN — Matemática  
13h30 — *Debate* — Violência contra a criança e o adolescente  
14h30 — *Espaço Cultural* — "Dois de Ouro"  
16h — *Entrevista* — Senador Alvaro Dias faz uma avaliação das eleições  
16h30 — *Saúde/Unip* — Evolução do parto — parte 1  
17h — *Revista Brasília* — nº 13  
18h — *Quem tem medo de música clássica?*  
19h — *ABD no Ar* — Como a TV vê o curta-metragem  
19h30 — *Agenda Econômica* — Everardo Maciel, secretário da Receita Federal  
20h30 — *Entrevista* — Paulo César Camarão, diretor de Informática do TSE  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — "Cantando Hollywood"  
23h — *Entrevista Especial* — Jair Tedeschi, secretário-adjunto de Segurança Pública do DF  
24h — *Revista Brasília*

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Carlos Patrocínio considera assustadores os dados sobre mortes na América Latina

## Patrocínio destaca novo programa da OIT para saúde

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) divulgou a adoção pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de um programa denominado *Safe Work* – Trabalho Seguro, que pretende implementar uma nova política para as áreas de saúde e prevenção de acidentes, buscando solução de problemas como Aids, alcoolismo, drogas e estresse entre os trabalhadores. Segundo Patrocínio, dados do ano passado revelam a ocorrência de 250 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de casos de doenças profissionais.

O senador considera os dados mais assustadores quando se referem à América Latina, onde foram registradas 41,8 mil mortes por ano relacionadas às causas apontadas no relatório da OIT. Ele salientou que o Brasil, como membro da OIT, poderá usufruir do suporte da organização para combater o problema.

Patrocínio disse que há uma tendência de adoção de um Código Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que seria um dos projetos da meta Trabalho do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A idéia é beneficiar inclusive os trabalhadores do setor informal.

– As mudanças nos processos produtivos são céleres e nem sempre o governo é capaz de acompanhá-las com a devida atenção, a fim de poder adotar medidas que visem à produtividade e à qualidade, diminuindo, assim, riscos de acidentes e doenças do trabalho – observou o senador.

# Mozarildo denuncia uso de índios em testes de vacinas

Senador aponta ação irregular de organizações internacionais em áreas indígenas na Amazônia e defende instalação da CPI das ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) voltou a denunciar em Plenário a ação irregular de organizações internacionais em áreas indígenas na Amazônia. Segundo ele, pesquisadores e representantes de entidades estrangeiras estão usando os índios como “cobaias” em testes de vacinas com efeito desconhecido, e explorando imagens das aldeias, amplamente veiculadas na Europa, de forma indiscriminada.

Embora essa situação tenha sido denunciada em reportagens recentes de revistas e jornais do país, Mozarildo disse que os episódios se repetem desde a década de 80. Ele lembrou que nesse período, enquanto exercia o mandato de deputado federal pelo então territó-



Mozarildo Cavalcanti afirma que a Funai “tem sido conivente” com organizações estrangeiras

rio de Roraima, já alertava para o trabalho de uma instituição externa que testava uma vacina contra a malária em aldeia Ianomami.

“Na época, a Funai (Fundação Nacional do Índio) negou o fato,

mas o assunto nunca foi esclarecido”, comentou. Assim como os testes clandestinos de vacina, a exploração de fotos e imagens dos índios, que estaria sendo praticada pela organização não-governamental Comissão para Criação do Parque Ianomami e por um cineasta belga, também não teria sido coibida pelo poder público.

Na opinião de Mozarildo Cavalcanti, a Funai “tem sido conivente com essas organizações estrangeiras, que vêm fazendo uma exploração absurda em áreas indígenas”. Diante desse quadro, o senador pefelista voltou a defender a instalação da CPI das ONGs como única instância capaz de apurar a fundo as práticas de biopirataria na Amazônia e o contrabando de imagens de índios. “Só através da CPI poderemos tentar normatizar as ações estrangeiras em áreas indígenas”, afirmou.



Francelino: centro de treinamento será decisivo para transformar o país em potência olímpica

## Francelino elogia projeto de centro de treinamento olímpico em MG

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) aplaudiu a assinatura de convênio entre o Ministério do Esporte e Turismo, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria Estadual de Esportes, para a construção do Centro Brasileiro de Treinamento Olímpico de Belo Horizonte. O centro de treinamento, além de projetar Minas Gerais no cenário esportivo nacional, será um instrumento decisivo para transformar o país numa potência olímpica, na avaliação do senador.

A assinatura do convênio, observou Francelino, ocorre no momento em que o vice-presidente da República, Marco Maciel, anuncia o plano para desenvolver o esporte no país, denominado de Planejamento Estratégico do Esporte Brasileiro Rumo a 2004 e 2008. O centro de treinamento olímpico de Minas, segundo o senador, passa a ser o ponto de partida para a execução desse grande projeto nacional.

Francelino, que participou da solenidade de assinatura do convênio, disse que o investimento terá, numa segunda etapa, a participação da iniciativa privada. Ressaltou que é preciso o esforço de todos para colocar o Brasil na elite do esporte internacional. A construção do centro olímpico, a seu ver, é o primeiro passo para dar melhores condições de treinamento aos atletas.

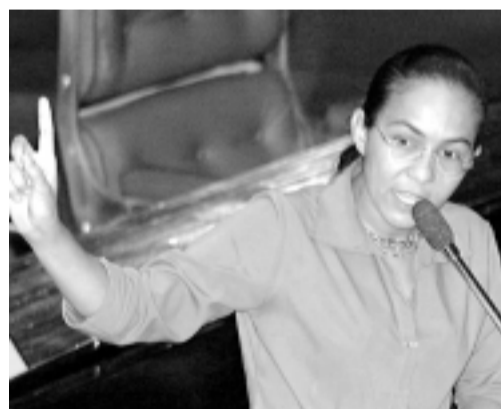
O centro olímpico será composto de um pavilhão coberto com 7.200 metros quadrados, um conjunto com cinco piscinas, ginásio coberto, um pavilhão de lutas, alojamentos para atletas e, entre outros equipamentos, modernas pistas de atletismo. O projeto prevê também a restauração da lagoa da Pampulha.

## Heloísa defende diálogo do governo com servidores da Imprensa Nacional

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a abertura de um canal de comunicação entre a Casa Civil da Presidência da República e os 740 funcionários da Imprensa Nacional, que estão em greve desde terça-feira. Em consequência da greve, os sete diários editados pela Imprensa Nacional não circularam na quarta-feira.

A líder do Bloco Oposição criticou a decisão da Presidência da República, que criou uma comissão para tratar da situação da Imprensa Nacional sem a participação de representante dos servidores. Também protestou contra a atitude do diretor da empresa, que teria colocado soldados do Exército guardando sua sala e impedido 60 servidores de sair da sede da Imprensa Nacional enquanto os demais funcionários, do lado de fora, eram impedidos de entrar pela PM.

Heloísa Helena lembrou que há



Heloísa Helena criticou a criação de uma comissão sem representante dos servidores

um ano e oito meses os servidores vêm denunciando a má administração orçamentária na Imprensa Nacional, além de contratações irregulares. A própria direção da empresa instituiu duas comissões de servidores para avaliar a situação, disse ela, acrescentando que, embora os servidores tenham apresentado o resultado de seu trabalho, as soluções nunca foram encaminhadas.

Em junho do ano passado, quando a Imprensa Nacional saiu da

órbita do Ministério da Justiça para a Presidência da República, houve uma expectativa de que a situação melhorasse, segundo Heloísa, “mas, como as expectativas não se cumpriram, os funcionários, decepcionados, fizeram greve”, e reivindicam que o resultado das comissões seja ao menos examinado.

– Os servidores só pedem para ser ouvidos. Com a palavra, a Presidência da República – concluiu Heloísa Helena.